

## ***CRIAR OU EDUCAR FILHOS<sup>1</sup>***

O artigo traz reflexões importantes, apresentadas de maneira muito didática, sobre as atitudes dos pais que podem facilitar o desenvolvimento da responsabilidade, da autonomia, da crítica e da autocrítica em seus filhos. Ao aprofundar o questionamento sobre as melhores maneiras como os pais podem exercer a autoridade em prol do desenvolvimento dos filhos, o artigo traz importantes dicas para formadores e para todos aqueles que precisam, em função de sua posição social, fazer um uso consequente da autoridade que lhes é conferida.

Quero começar essa nossa conversa por uma coisa que me preocupa sempre que vou conversar com pais: embora muitas pessoas tentem dar receitas sobre como educar os filhos, elas, na realidade acabam por se mostrar inúteis. Não há receitas para educar filhos. A educação dos filhos se faz no dia-a-dia e se baseia muito mais na intuição e no coração que no pensamento. A gente vai educando nossos filhos, vai se comunicando com eles no cotidiano, com erros e acertos, com sucessos e fracassos, aprendendo com os sucessos e com os fracassos.

Espero que um momento de leitura como esse seja propício para uma parada e para uma reflexão do que se tem feito, sobre como tem sido a relação, sobre as delícias e as agruras da paternidade e da maternidade. Por favor, entenda minhas palavras como reflexões de um psicólogo sobre a maneira como pais e filhos podem se comunicar. Não pense que falo de seus filhos, nem pensem que não falo deles.

Tudo o que vou dizer são generalizações, são teorias que venho estudando e/ou desenvolvendo ao longo de mais de vinte anos de trabalho e, como toda teoria, ao mesmo tempo em que ela fala de pessoas e dá idéias sobre essas pessoas, ela não fala dessas pessoas especificamente. Em outros termos: falarei do geral, que, para ser particularizado, exige imenso cuidado, pois cada pessoa, cada filho, é especial e apenas em parte pode ser entendido a partir de uma teoria. A esse respeito, não podemos nos esquecer que toda pessoa é, sob certos aspectos, a) como todas as outras; b) como algumas outras pessoas; c) como nenhuma outra pessoa.

Minha intenção é poder discutir a respeito das coisas que a Psicologia tem desenvolvido no intuito de buscar facilitar a convivência entre pais e filhos e de ajudar os pais na difícil tarefa de educar cidadãos verdadeiramente responsáveis num mundo tão conturbado e pouco ecológico como o que temos hoje.

Selecione, dentro do que vou dizer, o que pode ser útil para você e para seus filhos. E principalmente não entenda as idéias que defendo como receitas, pois a vida se faz ao ser vivida, a cada momento e a cada encontro entre pais e filhos, e encontro é lugar onde teoria tem pouca utilidade. Encontro é melhor quando de coração a coração. O limite da teoria é facilitar a cada coração a possibilidade de desenvolver suas potencialidades para que cada encontro seja mais fecundo.

---

<sup>1</sup> Este artigo foi publicado originalmente no site [www.psicopedagogia.com.br](http://www.psicopedagogia.com.br), em 2000

Winnicott, a respeito disso, diz o seguinte:

“Se se diz às mães que façam isso ou aquilo, não tardam em ficar confusas e (o mais importante de tudo) perdem o contato com a sua própria capacidade para agir sem saber exatamente o que está certo e o que está errado. É fácil fazer com que se sintam incompetentes. Se, para tudo, tiverem de consultar um livro ou escutar um rádio, estarão sempre atrasadas quando quiserem fazer as coisas certas, porque as coisas certas têm que ser feitas imediatamente. (...) Podemos então discutir com elas o gênero de problema com que se defrontam, o tipo de coisas que fazem e o tipo de efeito que podem esperar de suas ações. Isso não é necessariamente a mesma coisa que dizer-lhes o que devem fazer.”<sup>2</sup>

Isto posto, gostaria de começar a desenvolver uma idéia que tenho há algum tempo e que somente agora começa tomar uma forma mais arrumada: é diferente quando criamos e quando educamos filhos.

Desde há muito tempo, me incomoda quando ouço alguém dizendo que cria filhos. Incomoda porque venho de uma região de Minas Gerais onde as pessoas têm muitas criações (cães, gatos, galinhas, porcos, vacas, cavalos) em casa, e eu acho que o termo criar só pode mesmo ser usado para animais. Animais eu crio; filhos eu educo. Animais eu adestro; filhos eu educo.

E como poderíamos entender melhor as diferenças que há entre criar e educar? Vamos lá.

Uma das primeiras coisas que me vem à mente quando pretendo diferenciar criar de educar diz respeito à questão da curiosidade. Quando crio filhos, estou pouco atento à curiosidade da criança. Quando os educo, a atenção à curiosidade é fundamental. Vou explicar.

É tarefa básica de pais e mães apresentar o filho à realidade e a realidade ao filho já desde que o filho nasce. Desde os primórdios de sua vida, a criança vai explorar esse mundo que lhe é apresentado, buscando sua forma própria de lidar com ele e de interferir nele deixando sua marca pessoal. Isso é tarefa para toda a vida, tarefa que se inicia já mesmo no útero materno e que tem como base uma atitude curiosa acerca do que a pessoa vai encontrando pelo seu caminho.

O processo educacional tradicional, o processo de criar crianças, tende a inibir a curiosidade infantil já desde o início e através de toda a vida das pessoas. A premissa é a de que a curiosidade matou o gato. Vivemos uma sociedade que se baseia na ordem, no controle, na previsibilidade, atitudes contrárias a um olhar curioso para o mundo, já que o olhar curioso é carregado de excitação e de desejo de aprender, é um olhar que suporta lidar com incertezas, que necessita lidar com incertezas.

Assim, quando educamos os filhos, estamos atentos ao seu olhar curioso sobre o mundo e o incentivamos ao máximo. Exploramos com o filho o mundo e aprendemos ao mesmo tempo em que ensinamos. Para isso, educar exige plasticidade, exige que não nos consideremos sabedores e donos de verdades, mas, antes, pessoas permeáveis a mudanças, pessoas capazes de experimentar novidades e a mudar comportamentos e crenças a partir do momento em que descobrimos que esses comportamentos e essas crenças já não respondem mais às nossas necessidades atuais. Não abdicamos de nossa experiência e do que temos aprendido na vida, é certo, mas tampouco fazemos do vivido anteriormente o único referencial, pois isso seria desprezar o presente e suas inúmeras possibilidades.

Quando criamos os filhos, ao menor sinal de curiosidade, já lhes damos respostas, já lhes damos a nossa definição da realidade, impedindo a exploração; ou então damos aos filhos nossas regras, nossos ‘deverias’ e nossa exigência de que essas regras sejam obedecidas; ou então evitamos conflitos e questionamentos na pretensão de que não haja problemas no contato com os filhos.

---

<sup>2</sup> Winnicott, D. W. , *Conversando com os pais*. P. 06

Inibimos, assim, a possibilidade de perguntar, tão básica para que conheçamos o mundo e nele exerçamos influência.

Não quero com isso fazer crer que a boa educação prescindia de regras. Não, não é isso. Toda convivência humana precisa de regras que lhe sirvam de parâmetro e de limite, e a relação entre pais e filhos não é diferente nisso, antes pelo contrário. O que quero dizer é que a boa relação educadora não conhece regras imutáveis, é permeável a mudanças em sua estrutura dependendo de cada circunstância. Em outros termos: a boa relação educacional é aquela que é, essencialmente, dialógica, ou seja é feita entre as pessoas. Quando estou numa relação dialógica, eu dialogo com o outro, ouço suas necessidades e ponderações, ouço minhas necessidades e ponderações e, junto com ele, respeitando os limites de cada um, estabeleço atitudes, deveres e responsabilidades.

Por exemplo, imaginemos uma família para a qual a frequência do filho às aulas seja um valor muito importante. Assim, esse filho não falta às aulas a não ser que haja um motivo concretamente impeditivo. Numa sexta-feira, o filho anuncia que não irá à aula porque pretende viajar com alguns amigos para o fim de semana. Quem cria filhos, dirá que isso é impossível, que o jovem tem que ir à aula e depois até pode viajar, se for o caso. Quem educa filhos, ponderará com o jovem a respeito da importância da presença em sala de aula para que os estudos tenham boa consequência; ouvirá, então, do filho, a ponderação de que está indo bem de notas e de aprendizagem e que tem a confiança de que poderá se recuperar de algum eventual prejuízo que esta falta fortuita poderá lhe causar. E assim se seguirá um diálogo ao cabo do qual um acordo será alcançado, e o filho irá ou não matar aquelas aulas daquele dia.

Aqui já estamos entrando num outro território onde um conceito muito importante nessa nossa diferenciação entre criar e educar filhos começa a aparecer: é o conceito de autoridade. Mas, antes que passemos a esse assunto, quero explorar mais um pouquinho um outro aspecto da curiosidade.

Para que se possa propiciar aos filhos o bom desenvolvimento da curiosidade, é importante que também os pais estejam atentos a viver uma atitude curiosa diante da vida. Um bom exemplo disso está na própria relação entre pais e filhos: o pai ou a mãe que perguntado(a) se conhece seu filho, responde sim sem hesitar, está pouco curioso diante da vida.

Quando estamos em contato com alguém, principalmente se este contato é profundo e duradouro, temos uma tendência a formar uma imagem desta pessoa e, com o correr do tempo, se não estamos atentos à curiosidade, acabamos por ficar em contato com essa imagem, e não mais com a pessoa. Assim, quando achamos que conhecemos bem determinada pessoa (um filho, o marido, a esposa), estamos diante do risco de já não estarmos mais em contato real com essa pessoa, por termos perdido a possibilidade da curiosidade.

Certa vez fui procurado no consultório pelos pais de um garoto que ia muito mal na escola. Com pouco tempo de terapia, deu para notar o quanto a curiosidade desse menino estava inibida: ele era praticamente incapaz de perguntar. Pesquisando sua história, encontrei uma passagem importante e, posso dizer, decisiva para seu sofrimento atual. Quando nasceu seu irmão, esse garoto não pôde expressar seus ciúmes de maneira alguma, já que seus pais não admitiam a possibilidade de que ele não ficasse contente por ter um irmão. Ele foi obrigado a reprimir seus sentimentos de raiva e de frustração pelo nascimento do irmão e a consequente perda de espaço na família. Certa feita, ele empurrou o carrinho do irmão com tal violência que a criança caiu no chão e por pouco não se machucou com seriedade. Passado o susto, situação controlada, os pais ‘descobriram’ que o filho mais velho era muito agressivo. E passaram a cuidar para que ele não fosse agressivo. A todo momento lembravam-lhe que ele tinha que se conter em sua

agressividade. O menino se conteve tanto, que aos poucos foi se apagando para a vida, fechando-se em copas, isolando-se do mundo por medo da própria agressividade. Ele próprio acabou lidando mais com a imagem que lhe foi apresentada de si do que com o que de fato era. Todo o trabalho terapêutico com esse menino consistiu em facilitar para ele a curiosidade sobre si e sobre sua vida, a descoberta das inúmeras possibilidades existenciais que tinha e que estavam negligenciadas por causa de uma imagem.

Este caso é muito mais comum do que se possa imaginar. Ele nos dá uma idéia de quanto podemos limitar e o quanto limitamos nossos filhos, e a curiosidade de nossos filhos, quando sabemos o que eles gostam, o que eles não gostam, o que eles são, o que eles não são. “Mas, filho, por que você pôs beterraba em seu prato, se você não gosta?” Pronto, lá está a criança impedida de experimentar uma mudança em seu paladar.

Resumindo, então, o que eu disse até aqui: quando estamos ocupados em educar os filhos, temos espaço para a novidade, para o perguntar, para o experimentar, para o inovar, para a criatividade. Quando estamos mais atentos a criar filhos, a estabilidade, o conhecido, a imagem, a repetição dos mesmos passos já dados são a tônica.

Gostaria agora de falar de outra coisa que é muito importante nessa nossa diferenciação entre educar e criar filhos: a autoridade dos pais.

Começo adiantando que pais que criam filhos são autoritários e pais que os educam exercem sua autoridade. Pais que criam filhos buscam a obediência, pais que os educam esperam que eles sejam autônomos. Tratemos agora de diferenciar o que é uma conduta autoritária e o que é uma conduta de autoridade.

A conduta autoritária caracteriza-se pela busca do certo e do errado, ao passo em que a conduta de autoridade se baseia na busca do bom e do ruim. O pai autoritário tem sempre a pretensão de saber o que é certo e o que é errado e baseia nisso sua conduta; trata-se de um mecanismo perigoso de moral, na medida em que é rígida e fixa, desprezando, assim, as circunstâncias e as vicissitudes da vida, além de ser uma conduta pouco criativa e que acarreta em pouca atenção ao filho, menosprezado por causa de regras que acabam mais importantes que ele.

A conduta que se baseia na autoridade é sempre atenta às circunstâncias e ao filho, buscando a cada decisão aquilo que se acredita seja o melhor para ele; aceita ponderações e argumentações dos filhos, sem perder de vista que os pais ocupam posição de decisão, embora sempre justificada, ainda que, por uma série de circunstâncias, esta justificativa nem sempre tenha que ser levada plenamente ao conhecimento dos filhos. Esta conduta tranqüiliza os filhos, na medida em que eles têm sempre a certeza de que estão sendo levados em conta.

A conduta autoritária exige obediência e gera heteronomia, ao passo que a conduta de autoridade exige responsabilidade e gera autonomia. A conduta autoritária não permite aos filhos o exercício do poder – os filhos de pais autoritários estão sempre impotentes ou onipotentes, porque impedidos de exercer de forma adequada seu poder. Quando falo aqui em poder, não estou me referindo a *poder sobre* (sobre os outros, sobre as coisas, sobre a vida), mas antes a *poder de ser*, a capacidade de se sentir pertinente no mundo e capaz de exercer influência nele, respeitando seus próprios limites e os limites do outro. Este poder de ser só é dado por uma conduta de autoridade (sem autoritarismo) dos pais.

Na medida em que exige obediência, a conduta autoritária não prepara o filho para a vida, não o ajuda a desenvolver as próprias responsabilidades, facilitando o crescimento de uma pessoa sempre atenta ao que o outro quer e pouco atenta às suas próprias necessidades, ou, vice-versa, tão atento às suas próprias necessidades e aos próprios desejos que ignora o outro. O filho de pais

que usam de autoridade, por se sentirem respeitados, aprendem eles também a se respeitarem e tendem a ser mais justos em suas trocas com o mundo, levando em conta as necessidades e os desejos dos outros e as próprias necessidades e desejos também, tornando-se, portanto, mais responsáveis para consigo mesmos e para com o mundo.

Paradoxalmente, a conduta autoritária, exatamente porque não favorece o desenvolvimento do senso crítico, acaba por tornar-se permissiva. Os pais autoritários tendem a se ver sempre com a razão, sempre donos do certo e do errado, o que acaba por facilitar aos filhos uma idéia petulante de que eles estejam acima das normas sociais de conduta, como os pais sempre estiveram acima deles, filhos.

Na medida em que é cuidadosa com o outro, a conduta de autoridade acaba por facilitar à criança e ao jovem uma postura de cuidado para consigo mesmo e para com o mundo, ao contrário da conduta autoritária, que facilita o desenvolvimento de postura anti-ecológica apenas de exploração do mundo e dos outros por parte da criança e do jovem.

Tanto os pais autoritários, aqueles que criam filhos, quanto os pais que exercem a sua autoridade, aqueles que educam filhos, usam o 'não'. O que os diferencia é a maneira como o 'não' é usado. O pai autoritário usa o 'não, porque não' deixando claro que seu critério de proibição ou permissão parte de um conceito anterior e independe da relação com o filho e do momento que está sendo vivido. O pai que usa de autoridade usa o 'não' com justificativas, que se baseia em sua maior experiência de vida e não despreza as argumentações dos filhos, mas, antes, as discute e trata de promover a reflexão ao invés de obrigar, levando sempre em conta os filhos e suas necessidades e desejos e limites a cada momento da vida.

O mesmo raciocínio serve para os 'sins' que os pais dizem para os filhos.

No fim das contas, a grande diferença entre as duas condutas é o tipo de pessoa que cada uma vai facilitar que o filho se torne. E aqui a gente encontra a grande diferença entre criar e educar filhos. Quem educa, educa para a autonomia; quem cria, cria para a obediência, para a heteronomia.

Tratemos de entender o que é uma conduta autônoma.

Autônoma é aquela pessoa que se governa a si própria, ao contrário da pessoa heterônoma, que é aquela que se governa com base no raciocínio e no código de valores de outrem. Tanto as pessoas autônomas quanto as heterônomas respeitam regras e têm regras para atuarem diante da vida; o que as diferencia é a maneira como lidam com estas regras e a origem da base do comportamento, como nos explica Carl Rogers. Falando sobre a pessoa que ainda não conseguiu alcançar a autonomia, a pessoa heterônoma, Rogers diz:

“ numa tentativa de receber e conservar amor, aprovação e consideração, o indivíduo renuncia ao centro de avaliação que possuía anteriormente (na primeira infância, esclarecimento meu), e o coloca nos outros. Aprende a ter uma desconfiança básica em sua experiência como guia para seu comportamento. Aprende com os outros um grande número de valores pensados e os adota como seus, embora possam ser muito discordantes do que está sentindo. Como seus conceitos não se baseiam em sua valorização, tendem a ser fixos e rígidos, e não fluidos e mutáveis.”

Continua Rogers:

“Os desejos e comportamentos sexuais são quase sempre maus. As fontes deste conceito são muitas - pais, igreja, professores. A desobediência é má. Aqui os pais e professores se combinam com os militares para acentuar este conceito. Obedecer é bom. Obedecer sem discussão é ainda melhor. Ganhar dinheiro é o bem supremo. (...) Ler por prazer e leituras exploratórias sem objetivo são indesejáveis.(...) A cooperação e o trabalho em equipe são sempre preferíveis à ação isolada. (...) Coca-Colas, chicletes,

geladeiras elétricas e automóveis são inteiramente bons (...).”<sup>3</sup>

Já a pessoa autônoma, para Rogers, é aquela que

“reconhece que o comportamento e os desejos sexuais (e também os não relacionados à sexualidade, acrescento eu) podem ser muito satisfatórios e ter conseqüências permanentemente enriquecedoras, ou superficiais e temporárias e insatisfatórias. Orienta-se por sua própria experiência e esta nem sempre coincide com as normas sociais. (...)

Compreende que às vezes sente a cooperação como significativa e valiosa para si, e que, em outras vezes, quer estar só. (...) É sua vivência que proporciona a informação de valor ou feedback . Isto não quer dizer que não esteja aberta a todas as provas que possa obter de outras fontes. Mas quer dizer que estas são aceitas como são - provas exteriores - e não são tão significativas quanto as suas reações. (...) prefere as experiências que, a longo prazo, são enriquecedoras; utiliza toda a riqueza de sua aprendizagem e funcionamento cognitivos, mas, ao mesmo tempo, confia na sabedoria de seu organismo.”<sup>4</sup>

Piaget vem nos lembrar que em condições ideais a criança torna-se progressivamente mais autônoma à medida em que cresce. Diz ele que os adultos reforçam a autonomia ou a heteronomia das crianças, intercambiando com elas pontos de vista, no primeiro caso, ou recompensando e castigando, no segundo caso.

A criança educada com muitas oportunidades de trocas de idéias, construirá, por exemplo, a noção de que é melhor para todos serem honestos uns com os outros. A criança punida poderá desenvolver basicamente três atitudes: o cálculo de riscos, a conformidade cega ou a revolta.

Para que as crianças desenvolvam autonomia, os adultos devem encorajá-las a construir por si mesmas seus valores morais, e para isso é preciso que abdicuem de punições e de recompensas como forma preferencial de educação, o que, infelizmente, tem sido raro em nossa cultura tão apegada ao autoritarismo.

Abdicar de punições e de recompensas como forma preferencial de educação é, no mais das vezes, em nossa cultura, tarefa difícil, embora possível, como nos lembra Maria Tereza Maldonado:

“No entanto, apesar das dificuldades e temores que muitos pais sentem frente ao desenvolvimento da autonomia da criança, sua tendência ao crescimento tem muito a ensinar aos pais. Uma das tarefas mais delicadas e complexas dos pais é crescer junto com o filho, acompanhando seu desenvolvimento, o que evidentemente implica na capacidade de continuamente reformular modos de ser e de atuar para melhor adequar-se às diferentes necessidades e situações que se sucedem ao longo da vida.”<sup>5</sup>

O ponto essencial da autonomia é que a pessoa se torne apta a tomar decisões por si mesma. Então, e só então, ela poderá tornar-se livre, entendendo aqui a liberdade como a define Rollo May, ou seja a forma como a pessoa confronta com seus limites, como empenha seu destino na vida cotidiana. May lembra-nos, ainda, que a responsabilidade é inseparável da liberdade: “pois a liberdade ilimitada é como um rio sem margens; a água não é controlada e o fluxo se derrama em todas as direções, perdendo-se na areia.”<sup>6</sup>

As sanções impostas à criança devem ser sanções por reciprocidade, que são aquelas “diretamente relacionadas com o ato que se deseja sancionar e com o ponto de vista do adulto, tendo o efeito de motivar a criança a construir por ela mesma regras de conduta através de pontos de vista.”<sup>7</sup>

<sup>3</sup>Rogers, C. R. - De Pessoa Para Pessoa, p. 19 e 20

<sup>4</sup>Rogers, C. R.- *op. cit.* , p. 21

<sup>5</sup> Maldonado, M. T., Comunicação entre pais e Filhos, p. 31

<sup>6</sup>May, R. - Liberdade e Destino, p. 128

<sup>7</sup>Kamü, C. - A Criança e o Número, p. 58

Piaget cita exemplos de sanção por reciprocidade, tais como a exclusão temporária do grupo (quando a criança age como elemento perturbador da harmonia grupal), apelação para a consequência direta e material do ato, privação da coisa mal usada (inclusive, e paradoxalmente, até da liberdade, ainda que temporariamente) ou a reparação.

Todas estas sanções podem ser vistas como punições se não houver entre o adulto e a criança uma relação de afeto, confiança e respeito mútuo. O respeito, a aceitação incondicional e a empatia para com a criança são fundamentais para que ela se desenvolva autonomamente. Respeitada e aceita como é, a criança tenderá a respeitar e a aceitar o adulto.

Piaget e Rogers nos mostram que a aquisição de valores morais se dá muito mais por uma construção interior que pela internalização do ambiente, quando há condições favoráveis para que a criança se desenvolva.

O incentivo à liberdade de escolha é essencial para que se facilite à criança o desenvolvimento da autonomia, respeitando-se, é lógico, os limites da criança em cada idade:

“É possível favorecer o desenvolvimento da autonomia mesmo quando a criança ainda é bem pequena, desde que os pais lhe dêem a oportunidade de fazer escolhas que estejam ao seu alcance. Uma criança de 2 anos, por exemplo, já pode escolher se quer tomar sorvete de morango, de chocolate ou de limão; uma criança de cinco anos pode escolher a peça teatral de domingo. Com isso, exercita-se a capacidade de tomar decisões, de discriminar o que quer e de escolher o que é melhor para si.”<sup>8</sup>

As crianças precisam ser encorajadas a refletir, o que infelizmente é negligenciado em quase todo o ensino tradicional. A gravidade desta lacuna em nosso ensino se mostra diretamente vinculada à questão da autonomia, pois se uma pessoa não pode refletir logicamente, como poderá pensar de maneira crítica e autônoma?

É lógico que, quando estamos falando em e pensando sobre adolescentes e crianças, precisamos ter em vista que a pessoa só pode de fato alcançar a autonomia máxima na idade adulta. A infância e a adolescência são momentos da vida em que a pessoa vai ensaiando sua autonomia, vai ampliando sua capacidade de autonomia para que possa exercê-la o mais plenamente possível quando adulta.

No caso do adolescente, é importante atentarmos para o caminho que o jovem está seguindo no sentido de alcançar a autonomia plena. Não podemos, de forma alguma, esperar que um adolescente já possa exercer plenamente sua autonomia, dentre outros motivos porque a adolescência é, por excelência, um período de experiências e de busca de rumos, um momento em que modelos de pessoas adultas são, mais do que nunca, importantes para que o jovem possa solidificar sua identidade. Desta maneira, devemos esperar que o adolescente tenha, sim, mais autonomia que a criança, mas não podemos cobrar dele plena autonomia, antes pelo contrário. Se uma autonomia precoce é dada ao adolescente, é mais provável que ele se sinta perdido que livre, pois, até alcançar a idade adulta, ele precisa, e muito, dos pais a fim de que possa alcançar o necessário discernimento e ser realmente cuidadoso consigo mesmo e com o mundo que habita.

A escola, assim como a família, tem como sua obrigação pavimentar ao máximo possível o caminho do jovem em direção à autonomia. Mas não podem, a escola e a família, perder de vista que o jovem não tem ainda condições de exercer plenamente a autonomia, que, nele, é ainda potencial a ser desenvolvido. Isto implica em um sentido de proteção ao jovem, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites e de orientações que lhes sirvam de balizas ao escolher seus próprios caminhos.

Outro aspecto da autonomia quando pensamos nos jovens é a questão mais prática: o jovem ainda

---

<sup>8</sup> Maldonado, M. T. , op. cit. , p. 31

não tem a possibilidade de, por exemplo, se sustentar financeiramente, o que certamente vai lhe trazer restrições quanto à sua possibilidade de exercer a autonomia. E, mesmo que, excepcionalmente, o jovem possa ter como se sustentar financeiramente, ele ainda não poderá prescindir da orientação e do apoio da família e da escola, pois a adolescência é uma passagem no processo de amadurecimento das pessoas, uma passagem que, se por um lado exige a ampliação da autonomia, por outro lado exige com igual intensidade a consciência de que ainda não há condições objetivas e subjetivas para o exercício pleno da autonomia.

Ainda assim, a autonomia deve ser o propósito da Educação, e para isto é preciso envidar esforços no sentido de ampliar esta noção como uma das metas de educadores e pais.

É de novo Maldonado quem nos alerta ainda que

“respeitar a autonomia da criança implica não somente em aceitar o filho como pessoa diferente de nós como também em acreditar que existem várias maneiras ‘certas’ (e não apenas a nossa) de reagir ou de se conduzir em determinadas circunstâncias. Muitas vezes, os pais não conseguem enxergar que pode haver outras alternativas e fazem imposições desnecessárias, esperando que o filho pense como eles ou se comporte como querem (‘eu sei o que é melhor para meu filho’).”<sup>9</sup>

Talvez esse seja o nosso grande desafio nos dias de hoje: lidar com as diferenças. E aqui nós encontramos aquela que talvez seja a grande diferença entre quem cria e quem educa filhos: quem cria filhos, quer padronização, uniformidade; quem os educa busca lidar com as diferenças como enriquecimento, como, aliás, nos ensina a natureza e seu processo de seleção natural.

O fato é que a vida nos faz lidar com um paradoxo interessante: no correr de nosso desenvolvimento, somos o mesmo, isto é, temos como garantia de nossa identidade uma vivência de continuidade que se caracteriza por nos reconhecermos através do tempo como sendo uma única pessoa, apesar das tantas diferenças que vamos fazendo em nós e em nosso corpo. Paradoxalmente, como vamos ficando diferentes sem nem mesmo nos darmos conta disso! O corpo, até a adolescência, é o principal denunciador dessas mudanças, tantas e tão rápidas são as transformações que sofre; a partir da idade adulta, o corpo já se transforma mais lentamente, ao passo em que nossa personalidade potencialmente pode continuar a se transformar não tão lentamente através das tantas coisas que vamos aprendendo sobre nós mesmos e sobre a vida.

Nossa cultura tende a negar o valor dessas transformações pelas quais passamos, até enfatizando a afirmativa (que tantas vezes ouvimos) de que a pessoa boa é aquela que permanece a mesma durante todo o correr da vida, o que é, na verdade, um imenso desperdício.

A vida nos empurra para transformações, para aprendizagens, para enriquecimentos e para a mudança, quando estamos permeáveis a seus chamados e atentos a suas lições. A vida nos chama a lidar com as diferenças, e esta tem sido, no meu modo de ver, a grande negligência de nossos tempos: há uma tendência moderna de se tentar tratar de modo igual os desiguais, como, por exemplo, no recente processo de globalização ao qual estamos sujeitados, ou no caso daquela mãe que reclama que seus filhos são tão diferentes apesar de elas os tratar da mesma maneira.

As pessoas, os filhos inclusive, são diferentes entre si, e não dá mais para tentarmos fugir dessa realidade. Uma conduta que é boa para um filho pode não ser para outro. Quando nos preocupamos em educar os filhos e não em criá-los, quando queremos preparar nossos filhos para uma maior autonomia e para uma melhor responsabilidade diante da vida e do mundo, quando sonhamos em vê-los desempenhando um papel realmente transformador no mundo, não há como não levarmos em conta que a boa educação se baseia no fascinante fenômeno das diferenças individuais. Só assim poderemos, com propriedade, tratar desigualmente os desiguais, e, deste

---

<sup>9</sup> Maldonado, M. T., op. cit., p. 30



modo, confirmar para cada filho o que ele tem de único e de original, sem a necessidade de se comparar aos outros ou de competir desnecessariamente com eles. Só assim cada filho pode se sentir amado pelo que é, um ser único que um dia recebeu a graça da vida. É preciso que os filhos saibam que cabem confortavelmente no coração dos pais como são, e não como deveriam ser.

Ênio Brito Pinto, 43, é psicólogo, psicoterapeuta, psicopedagogo e mestrando em Ciências da Religião na PUC/SP. É autor do livro “Orientação Sexual na Escola – A importância da Psicopedagogia nessa nova realidade”, Editora Gente, 1999.

## BIBLIOGRAFIA

- Lima Filho, A. P. , *Brincadeiras Selvagens, problema nosso*. São Paulo, Oficina de Textos, 1997
- Kamü, C. *A Criança e o Número*. São Paulo, Papyrus, 1985
- Maldonado, M. T. , *Comunicação entre pais e filhos: a linguagem do sentir*. Petrópolis, Vozes, 1986
- May, R. *Liberdade e Destino*. Porto Alegre, Rocco, 1987
- Piaget, J. & Inhelder, B. *A Psicologia da Criança*. Rio de Janeiro, Difel, 1978
- Pinto, E. B. , *Orientação sexual na escola – a importância da Psicopedagogia nessa nova realidade*. São Paulo, Editora Gente, 1999
- Rogers, C. R. & STEVENS, B. *De Pessoa Para Pessoa*. São Paulo, Pioneira, 1977
- Winnicott, D. W. , *Talking to Parents*. New York, Addison-Wesley Publishing Company, 1993